

Domingo, 15 de fevereiro de 2026

Isenção do IR: Quando o Salário Finalmente Respira

A partir de 1º de janeiro de 2026, um alívio histórico começou a se materializar no bolso de milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. A isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais não é apenas uma mudança técnica na tabela do IR. É, antes de tudo, **uma correção tardia de uma injustiça estrutural** que, por muito tempo, penalizou quem vive do próprio trabalho.

Pelas regras anteriores, um salário bruto de R\$ 5 mil sofria, em média, um desconto mensal de R\$ 312. Agora, esse valor permanece integralmente no contracheque. Na prática, **isso representa um aumento real de cerca de 6% na renda líquida**, sem hora extra, sem negociação salarial, sem sacrificar o descanso. Em um ano, a economia chega a R\$ 3.744, quase um 14º salário para quem sempre precisou contar centavo por centavo.

Para quem vive no limite do orçamento doméstico, essa mudança faz diferença concreta. **O dinheiro que antes ia direto para o Leão passa a reforçar despesas essenciais**: alimentação, moradia, transporte, contas básicas, impostos locais, material escolar. Também tende a reduzir a dependência de crédito rotativo e cheque especial, armadilhas financeiras que corroem a renda de trabalhadores e servidores públicos, inclusive da saúde e da previdência.

Do ponto de vista social, a medida toca em um ponto central do debate tributário brasileiro: a desigualdade na forma de cobrar impostos. O sistema sempre foi duro com salários e benevolente com rendimentos do capital e grandes patrimônios. Ao ampliar a faixa de isenção, ainda que parcialmente, avança-se na direção de um modelo mais justo, bandeira histórica do movimento sindical e da CUT.

Os efeitos não param no orçamento individual. Estudo do Dieese estima que a isenção deverá injetar R\$ 26,2 bilhões por ano na economia. Desse total, R\$ 5,2 bilhões correspondem a servidores estatutários. Recursos que circulam no comércio local, fortalecem a economia interna e ajudam a sustentar empregos. Não por acaso, 75% da população apoiam a ampliação da isenção e 60% defendem a taxação dos super-ricos, embora mais da metade ainda sequer saiba que a medida já está em vigor.

Informar, portanto, também é parte da luta.

Para o Sindsprev-PE, essa conquista dialoga diretamente com a defesa permanente da valorização do serviço público e de quem sustenta o Estado com seu trabalho. Mas é preciso dizer com clareza: **a isenção do IR não encerra o debate. Ela abre caminho.**